

SUMÁRIO



PC-ES

Oficial Investigador de Polícia

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos, incluindo compreensão literal, inferencial e crítica de textos verbais, não verbais e mistos.....	1
Identificação de ideias principais e secundárias	2
Argumentos e estratégias discursivas.....	6
Reconhecimento da finalidade e do público-alvo do texto	18
Análise da intencionalidade e do ponto de vista do autor	21
Inferências implícitas, pressupostos e subentendidos	22
Leitura e interpretação de textos jornalísticos, literários, científicos, técnicos e publicitários; vocabulário técnico e jurídico em contextos formais; gêneros e tipos textuais, abrangendo classificação dos gêneros textuais: narrativo, descritivo, dissertativo, injuntivo, expositivo e dialogal; características estruturais, funcionais e linguísticas dos diferentes gêneros; relação entre tipo textual e gênero discursivo; hibridismo e multifuncionalidade textual.....	25
Coesão e coerência textual, incluindo recursos linguísticos que garantem coesão referencial e sequencial; pronomes, elipses, conjunções e advérbios como mecanismos de coesão.....	37
Mecanismos de retomada, substituição, repetição e conectores lógicos	45
Elementos de coerência: progressão temática, não contradição e relevância	46
Ortografia e acentuação, com ortografia oficial e regras atualizadas segundo a reforma ortográfica da língua portuguesa; acentuação gráfica: regras de uso, alterações da nova ortografia	47
Morfologia, abordando estrutura e formação das palavras: radical, afixos, desinências, vogais e consoantes de ligação; processos de formação de palavras: derivação, composição, hibridismo, onomatopeia, siglas e abreviações	51
Classes gramaticais: identificação, flexões e emprego.....	53
Sintaxe, incluindo termos essenciais, integrantes e acessórios da oração; frase, oração e período: classificação e estrutura; coordenação e subordinação: orações coordenadas e subordinadas	66
Concordância verbal e nominal	74
Regência verbal e nominal	76
Uso da crase: regras e exceções	79
Colocação pronominal: próclise, ênclide e mesóclise	80
Paralelismo sintático, equivalência e transformação de estruturas.....	83
Discurso direto e indireto	85
Pontuação, com uso e função do ponto final, vírgula, ponto e vírgula, dois-pontos, aspas, parênteses, travessão, reticências	89

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Semântica e vocabulário, abordando polissemia, monossemia, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e hiperonímia; denotação e conotação, significação no contexto discursivo	93
Questões	95
Gabarito	102

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

Lógica proposicional, incluindo proposições simples e compostas; conectivos lógicos: conjunção, disjunção, condicional, bicondicional e negação; tabelas-verdade e equivalências lógicas; leis de morgan, tautologia, contradição e contingência. estruturas lógicas

1

Argumentos válidos e inválidos, inferência lógica, silogismos

11

Diagramas de venn e aplicações em lógica

16

Quantificadores lógicos: todo, algum, nenhum

19

Sequências, padrões e problemas lógicos, abordando identificação e extração de padrões lógicos, numéricos e figurativos; sequências aritméticas, geométricas e mistas

22

Problemas envolvendo códigos, matrizes e cifras

28

Teoria dos conjuntos. com noções de conjuntos: representação, subconjuntos, operações (união, interseção, diferença, complemento)

29

Análise combinatória e probabilidade, incluindo princípio fundamental da contagem; permutação simples e com repetição; probabilidade: arranjos conceitos e combinações; básicos, eventos independentes e mutuamente exclusivos

35

Aritmética e álgebra, com operações com números inteiros, fracionários e decimais...

44

Múltiplos, divisores

55

Mdc, mmc

59

Razões, proporções

62

Regras de três simples e composta

65

Porcentagem, variações percentuais e juros simples e compostos

67

Expressões algébricas, produtos notáveis, fatoração

72

Equações e inequações do 1º e 2º graus

76

Sistemas lineares com duas e três variáveis

84

Funções, abordando função afim, quadrática e exponencial: definição, gráficos e propriedades; aplicações em problemas práticos

97

Geometria, incluindo figuras planas: perímetro e área de quadrado, retângulo, triângulo, trapézio e círculo; noções de ângulos, relações métricas no triângulo retângulo, teorema de pitágoras e trigonometria básica

112

Sólidos geométricos: volume e área de cubo, paralelepípedo, cilindro, cone e esfera .

126

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Estatística e representações gráficas, com leitura e interpretação de tabelas e gráficos (barras, setores, linhas)	134
Média aritmética, ponderada, mediana e moda	141
Noções de desvio padrão e variância (conceitualmente).....	144
Questões	146
Gabarito.....	155

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Conceitos fundamentais da contabilidade, incluindo princípios, objetivos e usuários da contabilidade	1
Patrimônio: conceito, componentes, estrutura patrimonial, variações patrimoniais.....	3
Atos e fatos administrativos.....	11
Campo de aplicação da contabilidade: contabilidade geral e pública	12
Escrituração contábil, com sistema de partidas dobradas	13
Lançamentos contábeis típicos	19
Livros obrigatórios: diário e razão	22
Escrituração digital e autenticidade dos registros contábeis.....	23
Demonstrações contábeis, incluindo balanço patrimonial: ativos, passivos e patrimônio líquido	25
Demonstração do resultado do exercício (dre)	31
Demonstração de fluxo de caixa (dfc)	33
Contabilidade pública, abordando normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (nbcasp)	46
Princípios orçamentários	59
Receita e despesa pública: categorias, estágios e classificações	66
Plano de contas aplicado ao setor público (pcasp).....	71
Manual de contabilidade aplicada ao setor público (mcasp).....	78
Lei de responsabilidade fiscal (lrf), com conceitos fundamentais, objetivos e campo de aplicação	80
Instrumentos de planejamento: plano plurianual (ppa), lei de diretrizes orçamentárias (ldo) e lei orçamentária anual (loa	107
Limites de despesa com pessoal, operações de crédito e dívida pública.....	109
Relatórios fiscais: rreo, rgf e suas finalidades	118
Contabilidade como instrumento de investigação, incluindo aplicações da contabilidade na investigação criminal; detecção de fraudes, falsificação de documentos contábeis, ocultação de bens e lavagem de dinheiro; identificação de incompatibilidade patrimonial e movimentação financeira irregular	123
Questões	132
Gabarito.....	138

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Direito constitucional, abrangendo constituição, vitória (es), segunda-feira, 6 de outubro de 2025; suas atribuições legais, com objetividade, técnica, conceito, características, constituinte, classificações; poder.....	1
Princípios.....	70
Direitos e garantias fundamentais, direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.....	72
Organização político-administrativa, união, estados, municípios.....	89
Organização dos poderes, poder legislativo, poder executivo, poder judiciário	102
Funções essenciais à justiça.....	149
Estado de defesa e estado de sítio, forças armadas, segurança pública	156
Ordem econômica	162
Ordem social	174
Questões	199
Gabarito.....	205

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Direito processual penal, incluindo princípios constitucionais e infraconstitucionais	1
Fontes do direito processual penal.....	9
Lei processual penal no tempo, lei processual penal no espaço	11
Atribuições da polícia judiciária	13
Inquérito policial.....	17
Ministério público e sua atuação no processo penal.....	26
Jurisdição, ação penal.....	33
Processo penal.....	40
Prisões cautelares, audiência de custódia, medidas cautelares diversas da prisão, liberdade provisória, fiança.....	53
Habeas corpus	70
Comunicações de atos processuais.....	75
Provas, meios de obtenção no processo penal.....	81
Juizados especiais criminais	101
Acordo de não persecução penal (anpp)	114
Questões	116
Gabarito.....	122

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO CIVIL

Direito civil, abrangendo lei de introdução das normas do direito brasileiro (lindb)	1
Constitucionalização do direito civil.....	23
Pessoa natural, direitos da personalidade, tutela, curatela.....	28
Estatuto da pessoa com deficiência	42
Pessoas jurídicas de direito privado, pessoas jurídicas de direito público.....	74
Bens	88
Fato jurídico, ato jurídico, negócio jurídico	97
Prescrição, decadência	116
Responsabilidade civil subjetiva, responsabilidade civil objetiva, excludentes da responsabilidade civil	127
Obrigações	144
Boa-fé	153
Contratos em espécie.....	157
Posse, propriedade	171
Casamento, união estável, regime de bens, família, poder familiar, separação, divórcio, alimentos, guarda, visitação, alienação parental	176
Sucessão, testamento, inventário, partilha.....	209
Questões	227
Gabarito.....	235

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública, conceito, princípios, disposições gerais	1
Administração pública direta e indireta.....	6
Poderes da administração pública	12
Servidor público.....	23
Atos administrativos, conceito, atributos, elementos, espécies, validade, invalidade....	28
Licitações e contratos da administração pública	31
Processo administrativo	60
Responsabilidade civil do estado	67
Controle interno e externo da administração pública	74
Improbidade administrativa	83
Acordo de não persecução civil (anpc)	111
Autotutela	121
Autocomposição na administração pública	123
Questões	130
Gabarito.....	137

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

Direito penal, abordando princípios constitucionais e infraconstitucionais	1
Fontes do direito penal	12
Teoria geral do crime	13
Lei penal no tempo, lei penal no espaço	19
Fato típico, ilicitude, excludentes de ilicitude, dolo, culpa, consumação, tentativa, desistência voluntária, arrependimento eficaz, crime impossível, erro de tipo, erro de pessoa	24
Concurso de crimes, concurso de pessoa	40
Crimes contra a vida	47
Crimes contra crianças, adolescentes e idosos	59
Crimes de violência doméstica e familiar (lei 11.340/2006)	67
Crimes contra as pessoas com deficiência	79
Crime de stalking	80
Racismo, injúria racial	94
Homofobia	103
Crimes cibernéticos	110
Crimes contra o patrimônio	119
Crimes tributários; crimes nas relações de consumo	146
Crimes contra a ordem econômica	152
Crimes ambientais (lei 9605/1998)	161
Crimes contra a administração pública	175
Crimes contra o estado democrático de direito	186
Crimes da lei 11.343/2006	196
Crimes da lei 12.850/2013	199
Crimes da lei 9.613/1998	208
Crimes de trânsito (lei 9503/1997)	218
Lei 10.826/2003 - estatuto do desarmamento	222
Questões	232
Gabarito	239

SUMÁRIO

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos básicos de computação, incluindo noções de hardware e software: classificação e funcionalidades; componentes físicos: processador (cpu), memória ram, hd, ssd, placa-mãe e periféricos de entrada, saída e armazenamento; tipos de software: sistemas operacionais, aplicativos, utilitários e drivers.....	1
Representação de dados: bits, bytes	9
Sistemas binário e decimal.....	10
Sistemas operacionais, com fundamentos do windows 10 e 11: gerenciamento de arquivos, permissões, multitarefa, inicialização e encerramento de programas.....	12
Noções de linux: estrutura de diretórios, comandos básicos, permissões de arquivos, gerenciamento de usuários	46
Ferramentas de escritório e produtividade, incluindo microsoft word: edição e formatação de textos, mala direta e sumário automático; microsoft excel: fórmulas e funções básicas (se, procv, somase), gráficos e validação de dados; microsoft powerpoint: estruturação e exibição de apresentações	54
Redes e internet, com conceitos de redes: tipos (lan, man, wan), topologias e dispositivos (switch, roteador, modem); internet, intranet e extranet; navegadores: configuração, segurança, histórico, extensões e limpeza de dados; protocolos de comunicação: tcp/ ip, http, https, ftp, dns, dhcp, smtp e imap.....	99
E-mail e comunicação digital, abordando ferramentas de correio eletrônico: envio, recebimento, anexos, filtros e regras; etiqueta digital, spam, phishing e segurança no uso do e-mail	121
Segurança da informação, incluindo conceitos de integridade, confidencialidade, autenticidade e disponibilidade da informação; tipos de ameaças: malware, ransomware, spyware, trojans e ataques cibernéticos; ferramentas de proteção: antivírus, firewall, autenticação de dois fatores, criptografia e backups abordando normas brasileiras de engenharia social, ataques de phishing, pharming e negação de serviço (dos/ddos)	127
Computação em nuvem e armazenamento de dados, com conceitos de cloud computing: backup, sincronização e colaboração; plataformas de nuvem: google drive, onedrive e microsoft 365; vantagens e riscos do uso da nuvem em ambiente investigativo.....	137
Lgpd e privacidade digital, abordando fundamentos da lei geral de proteção de dados pessoais (lei nº 13.709/2018): princípios, bases legais e direitos dos titulares; boas práticas de privacidade: consentimento, anonimização e tratamento de dados; responsabilidades legais no uso de dados em atividades de investigação	141
Questões	164
Gabarito	173

SUMÁRIO

SUMÁRIO



NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Fundamentos da administração, com conceitos, finalidades e funções da administração; funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle.....

Evolução da administração e sua aplicação no serviço público 22

Planejamento e organização, incluindo tipos de planejamento: estratégico, tático e operacional 28

Planejamento orientado a resultados e gestão por objetivos 31

Estrutura organizacional: organização formal e informal 32

Organogramas, fluxos de processos e procedimentos administrativos 32

Liderança, comunicação e ética no serviço público, abordando estilos de liderança aplicados à gestão de unidades policiais 34

Comunicação organizacional: clareza, objetividade, barreiras e eficácia na comunicação interna e externa 36

Ética, legalidade, responsabilidade funcional, moralidade administrativa e conduta do servidor público 40

Gestão de pessoas e administração funcional, com recrutamento e seleção internos, desenvolvimento profissional e capacitação continuada; avaliação de desempenho e controle de produtividade; clima organizacional, cultura institucional e relações interpersonais nas equipes 42

Inovação e melhoria na gestão pública, incluindo melhoria contínua de processos e serviços públicos; inovação tecnológica no setor público; gestão da mudança e modernização institucional 44

Administração pública e estrutura do estado, abordando modelos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial 46

Princípios constitucionais da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência 46

Estrutura administrativa: administração direta e indireta, descentralização, desconcentração e delegação 51

Gestão pública contemporânea, com governança, governabilidade e accountability 52

Indicadores de desempenho, avaliação de resultados 60

Controle interno (lei estadual nº 9.938/2012) 78

Transparência, acesso à informação (lei nº 12.527/2011) 80

Participação social e ouvidoria 85

Licitações e contratos administrativos, incluindo princípios e modalidades de licitação segundo a lei nº 14.133/2021 98

Contratos administrativos: características, formalização, execução e fiscalização (decreto estadual nº 5.545/2023); penalidades e sanções administrativas por inexecução contratual 100

Questões 115

Gabarito 122

SUMÁRIO



Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos:

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- **Frases interrogativas:** “Quando será a prova?”
- **Frases exclamativas:** “Que maravilhoso!”
- **Frases imperativas:** “Desligue a televisão.”
- **Frases sem sentido lógico:** “Esta frase é falsa.”

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- **Sentença fechada e verdadeira:** “ $2 + 2 = 4$ ”
- **Sentença fechada e falsa:** “O Brasil é uma ilha”



CONCEITO

Contabilidade é a ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com **PATRIMÔNIO** (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo: empresa, organização ou cia).

Tem como objetivo gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com o patrimônio da empresa e auxiliar na tomada de decisões dos usuários.

OBJETIVO

O objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- **BENS:** prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- **DIREITOS:** contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- **OBRIGAÇÕES:** contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio, expor os dados aos usuários ligados à entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos para a organização.

FINALIDADE

A contabilidade tem por finalidade organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com o atual cenário econômico, a contabilidade passou a ser um importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

USUÁRIOS

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequados para os usuários internos e externos. Que são:

Internos: são aqueles que estão ligados diretamente à empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados, os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumento ou diminuição dos lucros. São eles:

- Sócios e proprietários;
- Acionista;
- Empregados;
- Administradores.

Externos: esses usuários costumam analisar qual a situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, se a mesma tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score) e se está em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se a empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar. São eles:



Natureza

Segundo a doutrina clássica o direito é dividido em dois grandes ramos, quais sejam: direito público e direito privado¹.

Destaque-se que, não obstante a doutrina mais moderna já tenha superado essa classificação dicotômica entre direito público e privado (vez que o direito é uno e indivisível, devendo ser entendido como um conjunto harmônico), para fins didáticos e de provas de concursos públicos continuaremos a adotá-la. Destaque-se que essa classificação, segundo a doutrina, é atribuída a Jean Domat.

Modernamente, ante o reconhecimento de novos direitos e das transformações do Estado, a doutrina percebeu uma forte influência do direito constitucional sobre o direito privado, reconhecendo, em diversas situações, a aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações privadas, surgindo a denominada “eficácia horizontal dos direitos fundamentais”.

Com isso, o Direito Constitucional deixa de ser reconhecido apenas e tão somente em uma relação vertical (Estado X Cidadão), passando a ser reconhecido também nas relações horizontais (cidadão X cidadão). O princípio matriz desse novo panorama é o princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento (viga mestra) da República Federativa do Brasil (Art. 1.º, III, CF).

Tema de grande controvérsia diz respeito ao conceito de Constituição, haja vista que ela envolve a perspectiva histórico-universal dos intitulados ciclos constitucionais. Faz-se importante perceber que a ideia de Constituição deve ser compreendida mesmo antes do surgimento do constitucionalismo em sentido estrito.

Isso porque, toda e qualquer sociedade, independentemente da época e do lugar, sempre possuiu um conjunto de regras de organização do Estado, semelhantes ao que intitulamos de Constituição.

Con quanto exista diversos parâmetros para se conceituar o Direito Constitucional e, por consequência, a própria Constituição, partiremos do conceito cunhado pelo brilhante professor José Afonso da Silva que afirma que o direito constitucional é “Direito Público fundamental por referir-se diretamente à organização e fundamento do Estado, à articulação dos elementos primários do mesmo e ao estabelecimento das bases da estrutura política”.

A partir dessa lição do professor José Afonso, podemos conceituar a Constituição Federal como sendo a norma máxima de um Estado que estabelece sua organização e fundamentos, trazendo as regras mínimas essenciais para sua subsistência e formação.

Com isso, a Constituição Federal passa a ser a norma de validade de todo o ordenamento jurídico pátrio, sendo ela o parâmetro de validade dos demais atos normativos, haja vista o princípio da supremacia das normas constitucionais.

Em virtude do conceito transscrito acima podemos afirmar que a **natureza jurídica** do Direito Constitucional é de direito público fundamental.

O quadro abaixo sintetiza a Natureza do Direito Constitucional. Observe:

Natureza do Direito Constitucional		
Dicotomia do Direito	Uno, indivisível e indecomponível	Ramo do Direito Público

¹ <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>



PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS: DIREITOS E GARANTIAS DO PROCESSO PENAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS RATIFICADAS PELO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 se preocupou com as garantias processuais penais em vários dispositivos, instituindo um amplo rol de princípios constitucionais protetivos do processo penal, como, por exemplo, a presunção de inocência, que é um princípio basilar extraído diretamente do texto constitucional. O Código de Processo Penal, inspirado nas garantias constitucionais, forma um complexo de regras e princípios que conduzem a marcha processual.

► Princípio da Dignidade da Pessoa Humana¹

Trata-se, sem dúvida, de um princípio regente, cuja missão é a preservação integral do ser humano, desde o nascimento até a morte, conferindo-lhe autoestima e garantindo-lhe o mínimo existencial. É um princípio regulador do mínimo existencial para a sobrevivência apropriada, a ser garantido a todo ser humano.

A referência à dignidade da pessoa humana, feita no art. 1.º, III, da Constituição Federal, “parece conglobar em si todos aqueles direitos fundamentais, quer sejam os individuais clássicos, quer sejam os de fundo econômico e social”. É um princípio de valor pré-constituinte e de hierarquia supraconstitucional.

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EXPLÍCITOS DO PROCESSO PENAL²

► Concernentes ao indivíduo

Princípio da presunção de inocência:

Conhecido, igualmente, como princípio do estado de inocência (ou da não culpabilidade), significa que todo acusado é presumido inocente, até que seja declarado culpado por sentença condenatória, com trânsito em julgado. Encontra-se previsto no art. 5.º, LVII, da Constituição.

Tem por objetivo garantir, primordialmente, que o ônus da prova cabe à acusação e não à defesa. As pessoas nascem inocentes, sendo esse o seu estado natural, razão pela qual, para quebrar tal regra, torna-se indispensável ao Estado-acusação evidenciar, com provas suficientes, a culpa do réu.

Princípios da Retroatividade da lei benéfica:

As leis penais benéficas podem retroceder no tempo para aplicação ao caso concreto, ainda que já tenha sido definitivamente julgado. A regra constitucional é sobre a irretroatividade da lei penal. A retroatividade é a exceção, desde que seja em benefício do réu.

Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis) e da imunidade à autoacusação:

O primeiro deles espelha que, na relação processual, em caso de conflito entre a inocência do réu – e sua liberdade – e o poder-dever do Estado de punir, havendo dúvida razoável, deve o juiz decidir em favor do acusado. Exemplo disso está na previsão de absolvição quando não existir prova suficiente da imputação formulada (art. 386, VII, CPP).

¹ [Nucci, Guilherme de S. *Curso de Direito Processual Penal*. (20th edição). Grupo GEN, 2023.]

² [Nucci, Guilherme de S. *Manual de Processo Penal. Volume Único*. (4th edição). Grupo GEN, 2023.]



LINDB E INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL BRASILEIRO

De antemão, infere-se que a LEI de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ou LINDB, (antes denominada LICC), não faz parte do Código Civil, apesar de se encontrar anexa a esta legislação. Cuidando-se, assim, de um acoplado de normas que possuem como finalidade, disciplinar as próprias normas jurídicas, ou, *lex legum* – norma sobre normas.

Ressalta-se que a legislação em estudo, predispõe condições genéricas para a formação, elaboração, vigência, eficácia, interpretação, integração e aplicação das leis como um todo.

Denota-se que a troca de nomes da LINDB ocorreu com o objetivo de colocar a devida adequação à aplicação prática, bem como a abrangência real da lei de introdução ao seu aspecto formal pelo nome da ementa.

Desta forma, a Lei n. 12.376/2010 passou a predispor que o decreto é Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, e não somente norma de cunho civil. Nesta seara, a LINDB se dirige ao legislador e aplicador do direito de maneira diferente das demais normas jurídicas, haja vista, estas possuírem o atributo da generalidade e se encontrarem destinadas à toda a sociedade.

Incumbe-se a LINDB de tratar das seguintes situações:

- Da vigência e da eficácia das normas jurídicas;
- Do referente ao conflito de leis no tempo;
- Do conflito de leis no espaço;
- Dos critérios hermenêuticos;
- Do referente aos critérios de integração do ordenamento jurídico;
- Das normas de direito internacional privado, nos moldes dos artigos 7º a 19;
- Das normas de direito público, nos ditames do artigo 20 ao 30.

Das Fontes do Direito

Podemos conceituar fonte como sendo a origem ou como formas de expressão do direito. O jurista Miguel Reale conceitua as fontes do direito como sendo os “*processos ou meios em virtude dos quais as regras jurídicas se positivam com legítima força obrigatória*”. Já o ilustre Hans Kelsen, define a fonte do direito como: “*o fundamento de validade da norma jurídica, decorre de uma norma superior, válida*”.

Ressalta-se que classificar e dividir as fontes do direito, não é tarefa fácil segundo a doutrina. Sendo assim, a maioria dos doutrinadores edita sua classificação, dividindo-a da seguinte forma:

- **Fontes formais:** São aquelas que se encontram dispostas de forma expressa na LINDB, se dividindo em fontes primárias, que são as leis; e fontes secundárias, que se referem à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
- **Fontes informais:** São aquelas que se encontram dispostas na LINDB, tais como a doutrina, a jurisprudência e equidade.

Registra-se que existem doutrinadores que classificam as fontes formais secundárias como fontes indiretas ou mediatas, tendo em vista o fato de poderem ser aplicadas em situações de lacuna legal nas omissões da lei, conforme o art. 4º que aduz: “*quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito*”.



A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).



O Direito Penal é uma das principais áreas do ordenamento jurídico, responsável por estabelecer as normas que definem condutas consideradas ilícitas e as respectivas sanções aplicáveis. Dentro desse contexto, os princípios do Direito Penal desempenham um papel fundamental, pois servem como diretrizes que limitam o poder punitivo do Estado e protegem os direitos fundamentais dos indivíduos. Esses princípios não apenas orientam a criação e aplicação das normas penais, mas também asseguram que o exercício do poder punitivo seja conduzido de maneira justa, proporcional e respeitosa dos direitos humanos.

A compreensão desses princípios é essencial para qualquer estudo do Direito Penal, uma vez que eles formam a base para a interpretação e aplicação das leis penais. Este documento tem como objetivo explorar esses princípios, destacando sua importância e os diferentes aspectos que os compõem, proporcionando uma visão detalhada e crítica sobre o funcionamento e as implicações do Direito Penal na sociedade moderna.

► Princípio da Legalidade

O Princípio da Legalidade é um dos pilares fundamentais do Direito Penal e está consagrado tanto na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXIX, quanto no artigo 1º do Código Penal. Este princípio estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. Em outras palavras, para que uma conduta seja considerada crime e para que uma pena seja aplicada, é imprescindível que haja uma lei anterior que assim o determine.

Subprincípios do Princípio da Legalidade

O Princípio da Legalidade se desdobra em dois subprincípios essenciais: a reserva legal e a anterioridade.

Reserva Legal

A reserva legal refere-se ao fato de que somente a lei, entendida como norma escrita emanada do Poder Legislativo, pode definir o que é crime e qual é a pena aplicável. Isso significa que nenhuma outra fonte de direito, como costumes ou normas administrativas, pode criar tipos penais ou sanções criminais. A reserva legal é um mecanismo de proteção das liberdades individuais, garantindo que apenas leis criadas através do processo legislativo democrático possam restringir a liberdade dos cidadãos.

No contexto das contravenções penais, a doutrina majoritária entende que, apesar de serem infrações de menor potencial ofensivo, elas também estão sujeitas ao princípio da reserva legal, ou seja, só podem ser definidas e punidas com base em uma lei anterior.

Além disso, o princípio da reserva legal se aplica não apenas às penas tradicionais, mas também às medidas de segurança, que são sanções penais aplicadas com base na periculosidade do agente, e não em sua culpabilidade. Exemplo disso é o tratamento ambulatorial ou a internação de indivíduos que cometem crimes, mas que possuem doenças mentais que os tornam incapazes de entender o caráter ilícito de suas ações.

Anterioridade

A anterioridade complementa o princípio da reserva legal ao exigir que a lei que define um crime e comina a pena correspondente seja anterior ao fato criminoso. Isso quer dizer que uma pessoa só pode ser punida por uma conduta que era proibida por lei no momento em que a ação ou omissão foi praticada. Esse subprincípio impede a retroatividade da lei penal em desfavor do réu, protegendo os indivíduos de serem punidos por condutas que, no momento em que foram realizadas, não eram consideradas crimes.

Um exemplo prático da aplicação da anterioridade é a situação hipotética em que uma nova lei torna crime a ação de beber cerveja. Se essa lei entrar em vigor hoje, somente as pessoas que consumirem cerveja a partir de hoje poderão ser punidas; aqueles que beberam antes da vigência da lei não poderão ser penalizados, pois o princípio da anterioridade impede a aplicação retroativa da lei penal.



Noções de informática

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Conceitos importantes

- **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).
- **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.
- **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.
- **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.
- **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.
- **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

Segurança da Informação: Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

- **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.



INTRODUÇÃO

A administração é uma ciência social aplicada que busca otimizar o uso dos recursos disponíveis para alcançar objetivos previamente definidos. Sua importância é inegável tanto no setor público quanto no privado, pois todas as organizações, independentemente do tamanho ou finalidade, dependem de uma gestão eficiente para prosperar. Neste texto, abordaremos os conceitos básicos de administração e as características fundamentais das organizações, explorando desde as definições essenciais até as teorias que embasam a prática administrativa.

A administração surgiu como uma resposta às necessidades de organizar e coordenar as atividades humanas em escala crescente. No início do século XX, o rápido crescimento industrial e a complexidade das operações empresariais exigiram um estudo mais aprofundado e sistemático das técnicas de gestão. Desde então, a administração evoluiu, incorporando novos conhecimentos e adaptando-se às mudanças do ambiente econômico e social.

Entender os conceitos básicos de administração é crucial para qualquer profissional, independentemente de sua área de atuação. A capacidade de planejar, organizar, dirigir e controlar é essencial para o sucesso em qualquer empreendimento. Além disso, conhecer os diferentes tipos de organizações e suas peculiaridades ajuda a aplicar as melhores práticas de gestão de acordo com o contexto específico de cada entidade.

O estudo das teorias administrativas oferece uma visão abrangente e multifacetada da gestão. Cada teoria traz contribuições valiosas, ajudando a entender como as organizações funcionam e como podem ser gerenciadas de forma mais eficaz. Desde a abordagem clássica, focada na eficiência e na divisão do trabalho, até a teoria dos sistemas, que enfatiza a interdependência e a interação com o ambiente externo, as teorias administrativas fornecem um arcabouço teórico robusto para a prática gerencial.

DEFINIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A administração é uma disciplina que se ocupa do planejamento, organização, direção e controle dos recursos organizacionais, com o objetivo de alcançar metas estabelecidas de maneira eficiente e eficaz. Em um contexto amplo, pode ser vista como a coordenação de atividades para atingir objetivos comuns dentro de uma organização, seja ela pública ou privada, lucrativa ou não lucrativa.

► Aspectos Fundamentais da Administração

Para compreender plenamente a administração, é essencial considerar alguns de seus aspectos fundamentais:

- **Processo Administrativo:** A administração é um processo contínuo e dinâmico que envolve diversas atividades inter-relacionadas. Este processo é composto por quatro funções básicas: planejar, organizar, dirigir e controlar. Cada uma dessas funções desempenha um papel crucial no funcionamento das organizações.
- **Recursos Organizacionais:** Os recursos que a administração gerencia podem ser divididos em quatro categorias principais:
 - **Humanos:** Envolvem o gerenciamento de pessoas, incluindo contratação, treinamento, desenvolvimento e motivação dos colaboradores.
 - **Financeiros:** Envolvem a administração de recursos monetários, incluindo orçamento, contabilidade e controle financeiro.
 - **Materiais:** Envolvem o gerenciamento de bens tangíveis, como equipamentos, instalações e matérias-primas.
 - **Informacionais:** Envolvem a gestão da informação, incluindo a coleta, processamento e disseminação de dados relevantes para a tomada de decisão.